



350

Qualidade do Relato Financeiro do Setor Público sob a Ótica das Características Qualitativas

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Luciano Nurnberg Peres [ORCID iD](#), Aluno Doutorado/Ph.D. Student Wesley Nogueira Barbosa [ORCID iD](#), Doutor/Ph.D. Patricia Siqueira Varela [ORCID iD](#)

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brazil

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Luciano Nurnberg Peres

[0000-0003-0527-7124](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Controladoria e Contabilidade - FEA/USP

Aluno Doutorado/Ph.D. Student Wesley Nogueira Barbosa

[0000-0002-3717-5096](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Controladoria e Contabilidade - FEA/USP

Doutor/Ph.D. Patricia Siqueira Varela

[0000-0002-4444-2930](#)

Programa de Pós-Graduação/Course

Controladoria e Contabilidade - FEA/USP

Resumo/Abstract

A contabilidade atua como uma importante ferramenta para propiciar informações acerca das entidades públicas e privadas. Mensurar a qualidade dos relatórios contábeis é uma tarefa difícil, visto que as informações podem ser utilizadas por diferentes usuários e para diferentes usos. Para o setor público, esta dificuldade é ainda mais acentuada, uma vez que a maioria dos estudos sobre qualidade da informação contábil possui foco no setor privado. O objetivo deste estudo é apresentar medidas que possibilitem mensurar a qualidade do relato financeiro de entidades públicas. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão sistemática nas bases de dados Web of Science e Scopus empregando a análise de conteúdo de trabalhos que empregam as características qualitativas para avaliar a qualidade das informações contábeis ou a qualidade dos relatos financeiros. Este procedimento ainda foi complementado por buscas adicionais de registros no Google Acadêmico e por indicação de especialista da área. Entre os principais resultados, a pesquisa permitiu definir dimensões para a qualidade dos relatos financeiros, obtidas a partir das características qualitativas da informação contábil, e também formas de mensurar a qualidade dos relatórios.



Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper

Área Temática/Research Area

Contabilidade e Setor Público (CSP) / Accounting and Public Sector

Qualidade do Relato Financeiro do Setor Público sob a Ótica das Características Qualitativas

Resumo: A contabilidade atua como uma importante ferramenta para propiciar informações acerca das entidades públicas e privadas. Mensurar a qualidade dos relatórios contábeis é uma tarefa difícil, visto que as informações podem ser utilizadas por diferentes usuários e para diferentes usos. Para o setor público, esta dificuldade é ainda mais acentuada, uma vez que a maioria dos estudos sobre qualidade da informação contábil possui foco no setor privado. O objetivo deste estudo é apresentar medidas que possibilitem mensurar a qualidade do relato financeiro de entidades públicas. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão sistemática nas bases de dados Web of Science e Scopus empregando a análise de conteúdo de trabalhos que empregam as características qualitativas para avaliar a qualidade das informações contábeis ou a qualidade dos relatos financeiros. Este procedimento ainda foi complementado por buscas adicionais de registros no Google Acadêmico e por indicação de especialista da área. Entre os principais resultados, a pesquisa permitiu definir dimensões para a qualidade dos relatos financeiros, obtidas a partir das características qualitativas da informação contábil, e também formas de mensurar a qualidade dos relatórios.

Palavras-chave: Qualidade do Relato Financeiro; Qualidade da Informação Contábil; Características Qualitativas.

1 Introdução

A adoção de um padrão internacional de contabilidade aplicado ao setor privado foi uma tendência natural em um mundo globalizado e capitalista que necessita de harmonização das práticas contábeis como consequência de uma constante integração dos mercados, como foi apontado por Ball (2006). A prova disso é que hoje o padrão de relatório financeiro internacional (IFRS) tem sido adotado em 166 países, sendo que das grandes economias globais somente a Índia, o Japão e os Estados Unidos não convergiram seu padrão de contabilidade ao padrão internacional (IFRS, 2021).

Para o setor público também está havendo a tendência de adoção de padrões internacionais de contabilidade. Entre os motivos destaca-se o potencial que essa adoção pode trazer em relação ao aumento na comparabilidade das informações financeiras e à facilitação para a consolidação das demonstrações financeiras (Christiaens et al., 2015). De acordo com um levantamento realizado pela IFAC e CIPFA (2021), para 2025, é estimado que 50% dos países adotem o regime de competência para a elaboração de seus relatórios financeiros, 35% adotem parcialmente o regime de competência e 15% utilizem o regime de caixa. Esse levantamento ainda estima que no ano de 2025 haverá 43 países que adotarão as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) sem modificações, 28 utilizarão as IPSAS modificadas conforme o contexto local, 50 países terão padrões nacionais com referências nas IPSAS, 3 adotarão as IFRS, 41 utilizarão outros padrões nacionais e 91 países não se têm informações ainda.

Como as IPSAS aprimoram a gestão das finanças públicas (Muraina & Dandago, 2020), os governos podem fazer a opção de adoção deste padrão contábil para atender aos objetivos de maior transparência na gestão pública. Devem ser preparados relatórios financeiros para fins de prestação de contas dos atos exercidos pelos governos para que a sociedade tenha condições de verificar se a prestação de serviços ocorreu de forma eficiente e eficaz (Akinleye & Alaran-ajewole, 2018).

A busca por qualidade dos relatos financeiros é uma preocupação fundamental, pois afeta decisões econômicas que podem ter um impacto significativo para toda a sociedade. Tais argumentos estão alinhados com o que afirma Aduwo (2019), de que as “informações

financeiras de qualidade desempenham uma função crucial na prestação de contas do governo aos seus cidadãos e como ele cumpre suas responsabilidades de administração financeira” (p. 41).

A tarefa de gerar informações financeiras de qualidade fica principalmente a cargo da contabilidade, que é uma importante ferramenta para a administração pública se comunicar com a sociedade (Dias & Vasconcelos, 2015). Nogueira e Jorge (2017) afirmam que os relatórios financeiros são vistos como ferramentas cruciais ao adequado desempenho das entidades públicas, devendo ser elaborados com modernos sistemas de contabilidade e garantindo informações confiáveis, precisas e adequadas aos usuários.

Rudzioniene e Juozapaviciute (2013) ressaltam que é importante saber o que é a qualidade da informação e quais são as características que podem ser identificadas como problemáticas. Neste sentido, as IPSAS definiram seis características qualitativas (atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte para a accountability e tomada de decisão): relevância, representação fidedigna, compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade. Além delas, há também as restrições das informações, que são: materialidade, custo-benefício e equilíbrio (IPSASB, 2014).

Não é uma tarefa fácil gerar informações de qualidade. Ambarchian e Ambarchian (2020) afirmam que nas últimas duas décadas diversos artigos científicos apresentaram discussões sobre como estimar a qualidade dos relatórios financeiros. Como o desafio de medir a qualidade dos relatórios financeiros ainda não foi superado, **neste trabalho, o objetivo é apresentar medidas que possibilitem avaliar operacionalmente as características qualitativas de forma a permitir mensurar a qualidade do relato financeiro de entidades públicas.**

Para atingir o objetivo proposto, neste estudo, realizamos uma análise de conteúdo dos trabalhos que abordaram a qualidade da informação contábil ou dos relatos financeiros sob a ótica das características qualitativas. Foram considerados tanto trabalhos que abrangem o setor público quanto o setor privado. A partir destes trabalhos estabelecemos o instrumento de medida para avaliar a qualidade dos relatos financeiros.

Apesar de diversos autores terem desenvolvido estudos sobre a avaliação da qualidade dos relatos financeiros, poucos deles abrangem a qualidade sob o ponto de vista da estrutura conceitual do setor público, existindo assim a necessidade de investigações mais profundas (Ambarchian & Ambarchian, 2020). Esta pesquisa contribui com a literatura existente ao apresentar um modelo geral para avaliar a qualidade dos relatos financeiros do setor público, o que é apontado como uma enorme lacuna por Rudzioniene e Juozapaviciute (2013).

Este modelo pode contribuir com a literatura existente também ao analisar e compilar esforços realizados, tanto no setor público quanto no setor privado, e por ter a capacidade de ser um direcionador para que se refinem as métricas de qualidade de cada uma das características qualitativas.

O desenvolvimento deste trabalho supre especialmente uma lacuna de análise de qualidade informacional no setor público, como apontado por Araújo e Souza (2020) em estudo realizado sobre a adoção das IPSAS no Brasil. A grande maioria das pesquisas são direcionadas para a análise da qualidade dos relatórios financeiros do setor privado, geralmente sob o enfoque das International Financial Reporting Standards (IFRS) e não sob o enfoque das IPSAS (Ambarchian & Ambarchian, 2020; Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013).

Como os governos precisam entregar informações de qualidade para atender os objetivos de transparência, prestação de contas e responsabilização e tomada de decisão, esta pesquisa revela um produto que pode ser utilizado para auferir se as informações disponibilizadas realmente são de qualidade. Este produto é proveitoso para os produtores das informações avaliarem de forma crítica se aquilo que estão disponibilizando à sociedade é realmente útil, reproduzindo e modificando os relatórios caso não se alcance um padrão aceitável de qualidade. Além disso, serve também para que os usuários dos relatos financeiros tenham consciência

sobre como a qualidade dos relatos financeiros do setor público podem ser avaliados, favorecendo assim o processo da accountability.

2 Referencial Teórico

2.1 Qualidade da Informação Contábil

A maioria dos estudos sobre a qualidade da informação contábil estão no contexto do setor privado. Dentro desse contexto, Soderstrom e Sun (2007) indicam que há evidências de que a qualidade da informação contábil possui consequências econômicas sobre o custo de capital (Leuz & Verrecchia, 2000), sobre a eficiência na alocação de capital (Bushman & Piotroski, 2006) e sobre a mobilidade do capital internacional (Young & Guenther, 2003). Soderstrom e Sun (2007) constataram que a qualidade da informação contábil após a adoção do IFRS depende de três fatores: (1) a qualidade do padrão contábil adotado; (2) o sistema legal e político de um país; e (3) os incentivos de relatórios financeiros. Desta forma, fica evidenciado pelos estudos apresentados de que o padrão contábil representa sim um dos pilares para o incremento da qualidade da informação contábil, contudo, não é o único fator de influência.

Diferentes métricas são utilizadas para avaliar a qualidade da informação contábil no âmbito do setor privado. Neste sentido, Pășcan (2015) realizou um trabalho de revisão da literatura sobre o assunto, com foco em publicações de 2002 a 2014, em anais de conferências, periódicos acadêmicos e revistas, publicados em inglês ou francês, e que analisavam a qualidade da informação contábil após a adoção do IFRS na Europa. O resultado da revisão de literatura mostra que as principais métricas utilizadas pelos pesquisadores para medir a qualidade da informação contábil das demonstrações foram:

- Método da Relevância do Valor (Value Relevance): medido através das relações estatísticas entre as informações apresentadas pelas demonstrações financeiras e os valores ou retornos do mercado de ações;
- Método da Relevância do Crédito (Credit Relevance): capacidade das medidas de risco contábil para explicar a probabilidade de default, capturada pelos ratings de crédito emitidos pela S&P.
- Extensão das práticas de gerenciamento de resultados (Earnings Management): Proxies utilizadas para capturar as práticas de gerenciamento de resultados:
 - Manipulação temporal dos lucros (Income Smoothing);
 - Gerenciamento de resultados para atingir ou superar uma meta;
 - Gerenciamento para pequenos ganhos positivos;
 - Qualidade dos accruals;
 - Accruals discricionários absolutos;
 - Valor absoluto de accruals anormais.
- Reconhecimento oportuno da perda: resultados incorporando as boas e más notícias.
- Conservadorismo contábil: capacidade de refletir as perdas econômicas versus os ganhos econômicos.

Como se pôde verificar, existem diversos esforços para avaliar a qualidade das informações contábeis e reportes financeiros no âmbito do setor privado. Contudo, grande parte destas métricas não podem ser utilizadas no âmbito do setor público, uma vez que a finalidade das entidades é diferente: as empresas buscam o lucro e as entidades públicas visam prestar serviços para atender os anseios da sociedade. Além disso, as métricas destacadas abordam a qualidade da informação contábil de forma muito específica, deixando de lado importantes

elementos que contribuem para a qualidade informacional. Por exemplo, quando se determina a qualidade da informação através do método da relevância do valor, não é verificado se as informações são compreensíveis aos usuários.

2.2 Estrutura Conceitual

A Estrutura Conceitual do setor público desenvolvida pelo IFAC estabelece os conceitos que devem ser aplicados no desenvolvimento das IPSAS e dos relatos financeiros (IPSASB, 2021). Portanto, trata-se de um conjunto de regras e direcionamentos gerais para todo o conjunto das IPSAS, uma base lógica de alicerce às IPSAS. A Estrutura Conceitual do setor público tem seu desenvolvimento apoiado em ao menos dois importantes pilares: (1) Estrutura Conceitual do setor privado e (2) grupo de especialistas apoiados por processos globais de consultas públicas.

Em relação ao primeiro pilar, há que se destacar que a Estrutura Conceitual do setor público, assim como a maioria das demais IPSAS, são altamente relacionadas com as normas contábeis internacionais do setor privado (as IFRS). As IPSAS foram desenvolvidas tendo as IFRS como base, mantendo sempre que possível o alinhamento entre ambas, e adaptando os trechos que refletem importantes particularidades de cada setor.

Neste sentido, todo o conteúdo das IFRS que pôde ser adequadamente refletido nas IPSAS, carrega uma considerável bagagem de discussão e validação prática. Hendriksen e Van Breda (1999) abordam uma série de trabalhos que ajudam a entender o desenvolvimento da qualidade da informação contábil, entre eles estão: a tese de doutoramento de Paton sob o título *Accounting theory* de 1922 onde o autor destacou seis postulados que deveriam servir de base para os contadores; o trabalho de Gilbert Byrne apresentado na sessão do cinquentenário do Instituto Americano de Contabilidade em 1937 na qual afirmava que princípios aplicados à contabilidade são verdades fundamentais; uma série de contribuições da American Association of Accountants (AAA) em forma de breves monografias sobre princípios contábeis e uma importante publicação do pronunciamento intitulado *Basic Concepts and Accounting Principles Underlying Financial Statements of Business Enterprises* que destaca alguns objetivos qualitativos da informação contábil, como informação relevante, compreensível e oportuna.

Sobre o segundo pilar (grupo de especialistas apoiados por processos globais de consultas públicas), há de se levar em consideração o processo que ocorreu para o desenvolvimento da Estrutura Conceitual do setor público. Conforme Bergmann, Fuchs e Schuler (2019), a Estrutura Conceitual foi desenvolvida através de um grupo de especialistas internacionais guiados por processos de consultas global. Estes processos envolvem a exposição de minutas das normas e a possibilidade de participação de interessados ao redor de todo mundo. Os autores ainda comentam que, mesmo que existam limitações de gênero, idioma ou cultura, no sentido de que os membros do IPSASB e os especialistas envolvidos nas consultas não representam perfeitamente a população global, a disseminação das IPSAS abrange uma quantidade significativa de países e culturas, o que confere robustez ao produto desenvolvido.

Entre os direcionamentos constantes na Estrutura Conceitual do setor público, e que interessam a este trabalho, estão as características qualitativas da informação contábil, as quais são abordadas na sequência e são base para o desenvolvimento do método que operacionaliza a aferição de qualidade das informações contábeis.

2.3 Características Qualitativas

As características qualitativas da informação contábil são definidas como “os atributos que tornam essas informações úteis para os usuários e apoiam o cumprimento dos objetivos dos relatórios financeiros. Os objetivos dos relatórios financeiros são fornecer informações úteis

para fins de accountability e tomada de decisão” (IPSASB, 2014, p. 28). As características qualitativas estão definidas na Estrutura Conceitual do setor privado e sofreram algumas alterações ao serem incorporadas na Estrutura Conceitual do setor público. O Quadro 1 realiza um comparativo entre as estruturas conceituais dos setores público e privado.

Quadro 1 – Comparação entre as características qualitativas das informações contábeis definidas nas estruturas conceituais dos setores privado (IFRS) e público (IPSAS)

	IFRS	IPSAS
Características Fundamentais	- Relevância - Representação fidedigna	- Relevância - Representação fidedigna - Compreensibilidade - Tempestividade - Comparabilidade - Verificabilidade
Características Complementares	- Compreensibilidade - Tempestividade - Comparabilidade - Verificabilidade	
Restrições	- Custo-benefício da informação	- Materialidade - Custo-benefício - Equilíbrio entre as características qualitativas
Observações	- Materialidade: é um aspecto específico da relevância, baseado na natureza ou na magnitude ou em ambos	

Fonte: IPSASB (2014) e IASB (2018).

Diante do Quadro 1, percebe-se que as IPSAS não segregam as características qualitativas em fundamentais e complementares (nas IPSAS todas estão em um mesmo patamar de importância) e a materialidade foi considerada como uma restrição às características qualitativas sob a visão das IPSAS, ao passo que nas IFRS é um aspecto específico da relevância. Além disso, as IPSAS abordam a questão do equilíbrio entre as características qualitativas como uma restrição.

Bergmann et al. (2019) dizem que a Estrutura Conceitual do setor público abrange um nível mais abstrato (meso) do que as demais IPSAS, ou seja, fornece diretrizes gerais sobre a qualidade da informação. Já as IPSAS, continuam os autores, definem regras em um nível específico (micro). As características qualitativas estão presentes na Estrutura Conceitual e seguem exatamente este raciocínio, fornecem direcionamentos gerais sobre a qualidade da informação. Contudo, apesar das IPSAS definirem as regras específicas e que contribuem para a produção de informações de qualidade, não há um relacionamento claro entre as características qualitativas e as IPSAS e nem a segurança de que aplicar todas as regras presentes nas IPSAS irá garantir o alcance de todas as características qualitativas. Na sequência são apresentadas, resumidamente, as características qualitativas de acordo com a visão da Estrutura Conceitual do setor público (IPSASB, 2014).

- Relevância: capacidade de influenciar significativamente o alcance dos objetivos da informação contábil (servir de apoio para a prestação de contas – accountability – e para

a tomada de decisão). Esta influência significativa ocorre quando as informações possuem valor confirmatório, preditivo ou ambos. O **valor confirmatório** implica na possibilidade de confirmar ou mudar expectativas passadas e presentes sobre a entidade que se está analisando. O **valor preditivo** implica em apresentar informações sobre a previsão de resultados futuros de uma entidade, tais como as atividades, objetivos e custos relativos à entidade.

- **Representação Fidedigna:** consiste em representar a informação da forma mais completa, neutra e livre de erros materiais possível. Informação **completa** envolve aspectos quantitativos, descritivos e explicativos necessários para garantir informação útil aos usuários. Informação **neutra** é apresentada de forma imparcial (sem vies), ou seja, sem a intenção de influenciar ou induzir uma avaliação ou um comportamento particular dos usuários. Informação **livre de erro material** significa não há erros ou omissões significativos em relação à descrição e representação do fenômeno e que o processo usado para produzir as informações foi aplicado conforme descrito.
- **Compreensibilidade:** as informações devem ser apresentadas de uma maneira que responda às necessidades e à base de conhecimento dos usuários e à natureza das informações apresentadas (linguagem simples e apresentação que seja facilmente compreensível pelos usuários). A classificação, caracterização e apresentação da informação de forma clara e concisa aprimora a compreensibilidade, assim como a comparabilidade também pode aumentar a compreensão.
- **Tempestividade:** a informação é tempestiva se é disponibilizada aos usuários antes de perder a utilidade para a tomada de decisão e desempenhar a função de prestação de contas.
- **Comparabilidade:** permite identificar semelhanças e diferenças entre dois fenômenos. Ao menos três tipos de análises podem ensejar a comparação de informações: (1) comparar as informações prospectivas com as realizadas para verificar em que grau se realizaram. (2) comparar informações de uma mesma entidade entre diferentes períodos. (3) comparar informações de diferentes entidades em um mesmo período.
- **Verificabilidade:** implica que diferentes observadores experientes e independentes podem chegar a um consenso sobre a informação. Este consenso significa que a informação pôde ser verificada. A verificação pode ocorrer de forma direta ou indireta. A **verificação direta** permite verificar uma quantidade ou outra representação através de observação direta, como na contagem de caixa. A **verificação indireta** significa checar se a metodologia de um cálculo ou modelo foi corretamente aplicado, permite, portanto, o recálculo dos resultados.

3 Metodologia

3.1 Seleção dos Trabalhos

O desenvolvimento desta pesquisa baseia-se na aplicação da análise de conteúdo de trabalhos que empregam as características qualitativas para avaliar a qualidade das informações contábeis ou a qualidade dos relatos financeiros. O levantamento dos trabalhos a serem analisados foi realizado através de três estratégias: (1) revisão sistemática através das bases de dados da Web Of Science (Core Collection) e da Scopus; (2) busca adicional de registros no Google Acadêmico e (3) indicação por especialista de literatura complementar.

A revisão sistemática foi realizada através do seguinte protocolo:

- Termos da busca: os trabalhos deveriam conter a expressão “qualitative characteristic*” e pelo menos uma das características qualitativas da informação contábil: "relevance", "faithful representation", "understandability", "timeliness", “comparability” ou "verifiability".
- Abrangência da busca: as buscas foram realizadas por tópicos.
- Idioma selecionado: inglês.

A busca no Google Acadêmico teve por objetivo complementar a revisão sistemática, principalmente por ser uma fonte que inclui a chamada “literatura cinzenta” (Gusenbauer & Haddaway, 2020). Esta literatura cinzenta abrange trabalhos que não estão publicados por editoras ou revistas científicas, tais como teses, dissertações e trabalhos em andamento. Os termos de busca utilizados no Google Acadêmico foram: quality of financial reporting, measuring quality of accounting information, qualitative characteristics of financial reporting, determinants of quality of accounting information e Quality of Financial Reports in Public Sector. Diferente da estratégia utilizada na revisão sistemática, nem todos os trabalhos obtidos nas buscas do Google Acadêmico foram abordados. Na realidade, foram analisados apenas os trabalhos até a quinta página de pesquisa, seguindo um critério de relevância do mecanismo de busca. Por fim, houve ainda a indicação por parte de uma pesquisadora especialista na área pública de um trabalho que aborda a qualidade dos relatos financeiros no contexto europeu das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público (EPSAS).

Estes processos de busca formaram a base inicial de trabalhos para serem analisados. Sobre tais artigos, houve a leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, um aprofundamento para selecionar quais seriam analisados. Depois de realizados os processos de seleção e exclusão de trabalhos, restaram 15 a serem analisados, sendo 6 pertencentes as bases Web of Science e Scopus (presentes em ambas), 2 pertencentes exclusivamente a base Web of Science, 6 pertencentes a base Google Acadêmico e 1 trabalho indicado por especialista.

3.2 Mapeamento das Características Qualitativas

O mapeamento das características qualitativas envolve duas ações principais: (1) Criação de uma estrutura hierárquica entre as características qualitativas e outras possíveis dimensões e (2) Determinação de formas de operacionalizar a qualidade da informação. O processo de mapeamento utilizou a estrutura apresentada nos trabalhos avaliados e as definições das características qualitativas, que por vezes sugerem dimensões ou interligação entre as características qualitativas.

Para esse mapeamento ser devidamente realizado, baseou-se nas quatro premissas de classificação orientadas pelo comitê do American Accounting Association (1977): (1) deve haver consistência na forma de classificação; (2) os subconjuntos devem ser exaustivos para cobrir todo o sistema; (3) os subconjuntos devem ser mutuamente exclusivos e (4) deve haver uma integridade hierárquica. Levando em conta estas quatro premissas, o passo a passo para o mapeamento ocorreu da seguinte forma:

- 1) Identificação de frases que estivessem associadas ao significado, dimensão e operacionalização das características qualitativas. As dimensões correspondem aos atributos que compõem as características qualitativas.
- 2) Decomposição das frases de forma a obter “elementos individuais”, ou seja, sentenças que abordassem individualmente um único elemento relacionado ao significado, dimensão ou operacionalização das características qualitativas.
- 3) Eliminação dos elementos individuais repetidos.

- 4) Segregação dos elementos individuais nas seguintes categorias (chamados de elementos individuais categorizados): definição, dimensão ou operacionalização.
- 5) Associação dos elementos individuais categorizados com a respectiva característica qualitativa ou dimensão que se relaciona.
- 6) Determinação da associação entre características qualitativas, dimensões e sub dimensões. As sub dimensões são os atributos que compõem uma dimensão.

4 Resultados e Análises

4.1 Mapeamento das características qualitativas

O mapeamento das características qualitativas permitiu estabelecer a estrutura hierárquica identificada na Figura 1.

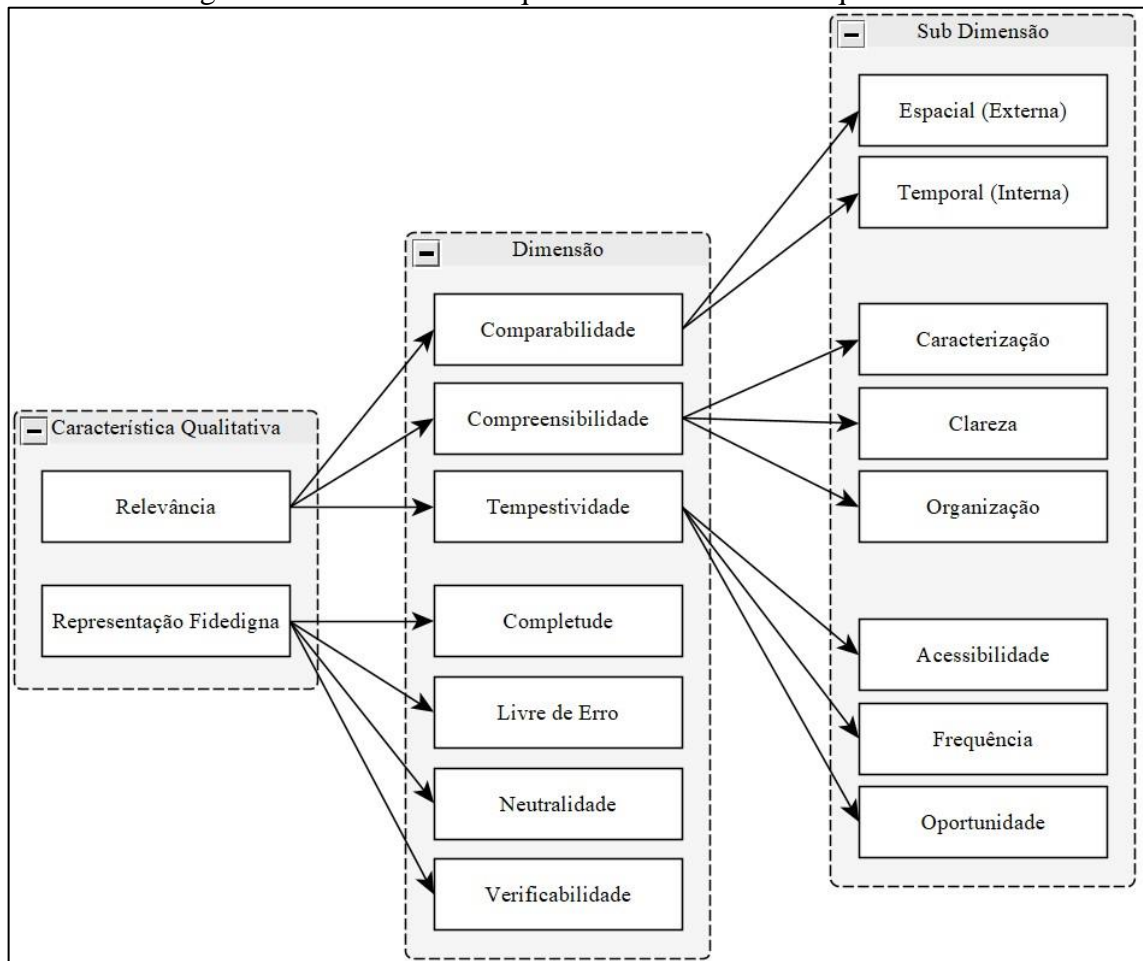
Na atual visão da estrutura conceitual do IASB (2018), aplicada principalmente ao setor privado, existem duas características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) que são suportadas por quatro características qualitativas de melhoria (compreensibilidade, tempestividade, comparabilidade e verificabilidade). Na visão da estrutura conceitual do IPSASB (2014), direcionado ao setor público, existem seis características qualitativas, sem a distinção de fundamentais e de melhoria. Nenhuma destas duas estruturas conceituais estabelece explicitamente relações hierárquicas entre as características qualitativas.

O primeiro quesito de classificação baseia-se nas diretrizes do IASB (2018) e na operacionalização apresentada em boa parte dos trabalhos analisados. Este quesito forma o primeiro nível de classificação da qualidade dos relatos financeiros. Esta primeira classificação permite afirmar que para os relatos financeiros serem de qualidade eles precisam ser relevantes e representar as informações de forma fidedigna. Esta primeira classificação dá margem à dois questionamentos: o que são informações relevantes? O que são representações fidedignas? Para a resposta destas perguntas, foi necessário identificar as dimensões que compõem estas duas características qualitativas.

A leitura dos trabalhos permitiu estabelecer vínculos diretos entre as atuais características qualitativas. A Figura 1 revela que a relevância é composta por três dimensões (atributos de qualidade): comparabilidade, compreensibilidade e tempestividade. Como há uma subordinação direta entre a relevância e os atributos comparabilidade, compreensibilidade e tempestividade, estes últimos foram chamados de dimensões. As dimensões são os atributos de qualidade da informação que compõem uma característica qualitativa. Cada uma destas dimensões mencionadas ainda pôde ser segregada em outras dimensões, chamadas de sub dimensões.

Na sequência, serão explorados em diferentes seções a composição da relevância, da representação fidedigna, da comparabilidade, da compreensibilidade e da tempestividade. Todos esses atributos de qualidade possuem um ou mais níveis de detalhamento que merecem ser analisados.

Figura 1 – Estrutura hierárquica das características qualitativas



Fonte: Elaboração própria.

4.2 Relevância

A principal lógica encontrada para estabelecer as dimensões da relevância é o entendimento de que ela é uma característica qualitativa relacionada ao usuário. As definições encontradas sobre essa característica qualitativa, apresentadas na sequência, levam a tal entendimento:

- 1) Informações financeiras relevantes são capazes de fazer a diferença nas decisões dos usuários (IASB, 2018).
- 2) A informação financeira é capaz de fazer a diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos (IASB, 2018; PwC, 2017).
- 3) As informações têm valor preditivo ou confirmatório se confirmar ou alterar as expectativas passadas sobre o gerenciamento de uma entidade (PwC, 2017).
- 4) Relevância refere-se à existência de estreita relação entre a informação contábil financeira e os objetivos para os quais foi elaborada. A relevância dessas informações para uma ou mais decisões tomadas pelos usuários é um indicador de utilidade (Elsiddig Ahmed, 2020).

A definição indicada no item (1) deixa evidente o relacionamento da relevância com os usuários. A definição (2) afirma sobre fazer diferença nas decisões, e, apesar de não mencionar explicitamente, são decisões dos usuários das informações financeiras. A definição (3)

menciona sobre alterar expectativas, que também são expectativas dos usuários. E, por fim, a definição (4) deixa explícita a figura do usuário da informação. Estas definições levaram a um dos achados centrais deste artigo: **a relevância é um atributo da informação que se preocupa com a visão do usuário sobre a qualidade das informações.**

Tal achado traz ao menos duas consequências importantes. A primeira consequência é que pôde ser estabelecido um critério objetivo para avaliar se uma dimensão está associada a relevância, ou seja, a dimensão deve ser relacionada diretamente ao usuário da informação. A segunda consequência é que a relevância é uma característica de difícil mensuração, pois depende do usuário. Isso significa que não é possível avaliar com exatidão a qualidade da relevância sem um contato direto com os usuários. Apesar desta dificuldade, é possível mensurar a qualidade do relato financeiro com relativa precisão de acordo com o que se espera que seja útil aos usuários.

Em relação às dimensões que compõem a relevância, em um primeiro momento foram estabelecidas de acordo com as definições apresentadas nas estruturas conceituais (IASB, 2018; IPSASB, 2014) e com as formas operacionalizadas em alguns dos trabalhos analisados (Braam & Van Beest, 2013; Elsiddig Ahmed, 2020; Van Beest et al., 2009). Esses trabalhos possuem a ideia comum de destacar que a relevância é composta pelo valor preditivo e valor confirmatório. Contudo, ao analisar as formas propostas de operacionalização do valor preditivo e do valor confirmatório, percebeu-se que estavam relacionadas com as dimensões de comparabilidade, compreensibilidade, completude e/ou livre de erro. Ou seja, para que a informação tenha valor preditivo e/ou confirmatório ao usuário, é necessário que ele consiga comparar e compreender as informações e que as informações sejam completas e livre de erro. A conclusão de tal análise é que os valores preditivo e confirmatório são consequências da capacidade e conhecimento dos usuários e da qualidade da informação. Sendo assim, o valor preditivo e o valor confirmatório não devem ser entendidos como dimensões ou sub dimensões das características qualitativas.

Como é possível verificar através da Figura 1, a comparabilidade, a compreensibilidade e a tempestividade são as dimensões identificadas que integram a relevância. O entendimento é que quanto mais comparável, compreensível e tempestiva for a informação, mais relevante ela será para o usuário. A operacionalização de como avaliar uma informação relevante deve ser realizada através da operacionalização de cada uma dessas dimensões, que serão analisadas na sequência.

4.2.1 Comparabilidade

Sobre a comparabilidade foram encontradas as seguintes definições:

- 1) Comparabilidade é a característica qualitativa que permite aos usuários identificar e compreender semelhanças e diferenças entre as informações (IASB, 2018).
- 2) Permite que os usuários da informação identifiquem uniformidades, ou seja, é a qualidade ou estado de ter certas características em comum, e a comparação é normalmente uma avaliação quantitativa da característica comum (Ullah, Hazelton e Nelson, 2021).
- 3) As informações dos relatórios financeiros de uma entidade são comparáveis quando podem ser comparadas com as informações contidas em relatórios de períodos anteriores da mesma entidade e com as informações contidas nos relatórios financeiros de outras entidades (Abang'a, 2017; Ambarchian & Ambarchian, 2020; Elsiddig Ahmed, 2020; Haarbuerger et al., 2020; PwC, 2017; Rashid, 2020; Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009).

Percebe-se pelas definições que a comparabilidade é uma dimensão associada ao usuário, o que a torna apta, de acordo com os argumentos da seção 4.2, para compor a relevância.

Em relação às sub dimensões que compõem a comparabilidade, utilizou-se como principal referência o trabalho de Mattei, Jorge e Grandis (2020). Nesse trabalho, os autores buscam mostrar que as IPSASs não são uma referência adequada para EPSASs em termos de permitir a comparabilidade desejada das contas dos países na União Europeia. A comparabilidade é analisada sob quatro perspectivas: no espaço, no tempo, comparabilidade formal e comparabilidade material. Contudo, levando em consideração que as formas de operacionalização encontradas na revisão de literatura abrangiam simultaneamente aspectos espaciais/temporais e comparabilidade formal/material, optou-se por utilizar como sub dimensão apenas os aspectos espacial (chamado também de externo) e temporal (chamado também de interno).

O Quadro 2 apresenta as sub dimensões e as formas encontradas para operacionalizar a comparabilidade.

Quadro 2 – Dimensões e forma de operacionalização da comparabilidade

Sub Dimensão	Operacionalização
Temporal (interna): Mattei, Jorge e Grandis, 2020	Apresentação de proporções, índices, indicadores financeiros ou benchmarks (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Tsoncheva, G., 2014; Opanyi, 2016; Abang'a, 2017; Ahmed, 2020; Rashid, 2020)
	Explicação das mudanças nas políticas contábeis e revisão nas estimativas e julgamentos (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Abang'a, 2017; Ahmed, 2020; Rashid, 2020; Haarbuerger et al., 2020)
	Os números do período contábil anterior são ajustados para o efeito da implementação de uma mudança na política contábil ou revisões nas estimativas contábeis (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Abang'a, 2017; Rashid, 2020)
	Princípios e políticas contábeis idênticos são aplicados de forma consistente ao longo do tempo (Tsoncheva, G., 2014; Mattei, Jorge e Grandis, 2020)
Espacial (externa): Mattei, Jorge e Grandis, 2020	Apresentação de proporções, índices, indicadores financeiros ou benchmarks (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Tsoncheva, G., 2014; Opanyi, 2016; Abang'a, 2017; Ahmed, 2020; Rashid, 2020)
	Identificar semelhanças e diferenças entre instituições ao longo de um horizonte de tempo (Ahmed, 2020)
	Medir o grau que eventos econômicos semelhantes refletem números contábeis semelhantes (Chircop et al., 2020)
	Todas as entidades utilizam os mesmos princípios e políticas contábeis nas mesmas circunstâncias (Mattei, Jorge e Grandis, 2020)
	Homogeneidade na terminologia adotada e planos de contas harmonizados (Mattei, Jorge e Grandis, 2020)

Fonte: Elaboração própria.

4.2.2 Compreensibilidade

Foram encontradas as seguintes definições de compreensibilidade:

- 1) Permite que os usuários compreendam a importância dos relatórios financeiros (Ullah et al., 2021).
- 2) Permite que os usuários compreendam o conteúdo dos relatórios financeiros (Ullah et al., 2021).
- 3) É a capacidade de conhecer o significado abrangente das informações (Elsiddig Ahmed, 2020).

É importante destacar que a definição de compreensibilidade trazida pelo IASB (2018) abrange elementos que foram considerados como sub dimensões ou formas de se operacionalizar a compreensibilidade. De acordo com o IASB (2018), classificar, caracterizar e apresentar as informações de forma clara e concisa torna-as compreensíveis.

As seguintes restrições puderam ser identificadas em relação à compreensibilidade:

- 1) Os usuários devem ser razoavelmente informados (saber sobre o contexto relativo às informações) (Ullah et al., 2021).
- 2) Depende do conteúdo das demonstrações financeiras (Elsiddig Ahmed, 2020).
- 3) Depende do estilo de apresentação das demonstrações financeiras (Elsiddig Ahmed, 2020).
- 4) Depende das habilidades e conhecimentos dos usuários (Elsiddig Ahmed, 2020).

As definições e restrições mostram claramente a forte integração entre a compreensibilidade e o usuário, critério discutido na seção 4.2 para enquadrar uma dimensão como integrante da relevância.

As sub dimensões e a forma de operacionalizar a compreensibilidade podem ser vistas no Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensões e forma de operacionalização da compreensibilidade

Sub Dimensão	Operacionalização
Caracterização (IASB, 2018)	Divulgação sobre missão, visão e estratégia (Braam & Van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Rashid, 2020)
Clareza (Ding et al., 2019; Elsiddig Ahmed, 2020; IASB, 2018; Rashid, 2020; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009)	Apresentações de valores líquidos (Elsiddig Ahmed, 2020)
	Notas explicativas (Abang'a, 2017; Elsiddig Ahmed, 2020; IASB, 2018; PwC, 2017; Rashid, 2020; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009)
	Utilização de gráficos (Abang'a, 2017; Braam & Van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Rashid, 2020; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009)
	Utilização de tabelas (Abang'a, 2017; Braam & Van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Rashid, 2020; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009)
	Linguagem fácil de entender (Ding et al., 2019; PwC, 2017; Rashid, 2020; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009)
	Jargões/termos técnicos fáceis de entender (Abang'a, 2017; Braam & Van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Rashid, 2020; Van Beest et al., 2009)
	As informações são intuitivas (Ding et al., 2019)
	Utilizar elementos visuais (Ding et al., 2019)
	Conclusão ao final de cada subseção (Haarburger et al., 2020)
Organização (Abang'a, 2017; Van Beest et al., 2009; Braam & Van Beest, 2013; Elsiddig Ahmed, 2020; Haarburger et al., 2020; Opanyi, 2016; PwC, 2017; Rashid, 2020)	Utiliza glossário (Abang'a, 2017; Braam & Van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Rashid, 2020; Tsoncheva, 2014; Van Beest et al., 2009)
	Índice completo (Haarburger et al., 2020)
	Apresenta títulos nas seções (Haarburger et al., 2020)
	Ordem dos componentes (Haarburger et al., 2020)
	Divisão da informação em itens (Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013)

Fonte: Elaboração própria.

Na visão de Braam e van Beest (2013), uma forma de se operacionalizar a compreensibilidade é verificar em que medida o relatório anual é compreensível na percepção do pesquisador, o que revela a necessidade de julgamento subjetivo sobre a dimensão da compreensibilidade, conforme discutido na seção 4.2.

4.2.3 Tempestividade

Foram encontradas as seguintes definições de tempestividade:

- 1) Significa ter informações disponíveis para os tomadores de decisão a tempo de serem capazes de influenciar suas decisões (IASB, 2018).
- 2) Refere-se a fornecer informações prontamente aos tomadores de decisão (Ullah et al., 2021).
- 3) Apresentação da informação em tempo oportuno (publicada no tempo correto) (Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013).
- 4) As informações nos relatórios financeiros são oportunas quando são publicadas em tempo hábil, de modo que as informações neles contidas permaneçam úteis para a tomada de decisões e para fins de prestação de contas no momento em que são publicadas (PwC, 2017).

Assim como para as dimensões de comparabilidade e compreensibilidade, a informação tempestiva depende do usuário. Apesar das definições trazerem o termo “tomadores de decisão”, estes atores podem ser entendidos como os usuários da informação.

As sub dimensões e a forma de operacionalizar a tempestividade podem ser vistas no Quadro 4.

Quadro 4 – Dimensões e forma de operacionalização da tempestividade

Sub Dimensão	Operacionalização
Oportunidade (IASB, 2018; PwC, 2017; Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013; Van Beest et al., 2009).	Fornecer informações prontamente (IASB, 2018; Rudzioniene & Juozapaviciute, 2013; Ullah et al., 2021).
	Número de dias para o auditor assinar o relatório de auditoria após final do exercício (Abang’a, 2017; Braam & Van Beest, 2013; Opanyi, 2016; Rashid, 2020; Van Beest et al., 2009).
	Momento de publicação dos relatórios financeiros (PwC, 2017).
Frequência (PwC, 2017).	Relatórios financeiros devem ser publicados em uma base frequente e regular (PwC, 2017).
Acessibilidade (PwC, 2017).	As informações estão facilmente acessíveis e utilizáveis por partes interessadas relevantes - por exemplo, quando são facilmente acessíveis na internet e / ou resumidos e explicados nos documentos externos acessíveis (PwC, 2017)

Fonte: Elaboração própria.

4.3 Representação Fidedigna

A representação fidedigna e a relevância foram as únicas características qualitativas que se mantiveram com este status, de acordo com a visão desta pesquisa. Ao passo que a relevância possui estreita ligação com os usuários da informação, a representação fidedigna diz respeito aos aspectos da informação em si. Desta forma, é possível avaliar a qualidade da representação fidedigna de um relatório de forma independente das características e conhecimentos dos usuários. A única definição de representação fidedigna encontra foi a do IASB (2018), em que coloca que deve representar fielmente os fenômenos econômicos e para isso a informação

divulgada deve ser completa, neutra e livre de erro, na medida do possível. Para cada uma destas dimensões o IASB (2018) propõe as seguintes definições:

- 1) **Completude:** Uma representação completa inclui todas as informações necessárias para que o usuário entenda o fenômeno representado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias (IASB, 2018).
- 2) **Livre de erro:** Significa que não há erros ou omissões na descrição do fenômeno, e o processo usado para produzir as informações relatadas foi selecionado e aplicado sem erros no processo.
- 3) **Neutralidade:** Uma representação neutra é realizada sem viés na seleção ou apresentação das informações financeiras.

Além destas três dimensões explicitamente citadas e vinculadas à representação fidedigna, as estruturas conceituais (IASB, 2018; IPSASB, 2014) e alguns trabalhos (Braam & Van Beest, 2013; PwC, 2017; Van Beest et al., 2009) também vinculam a verificabilidade com a representação fidedigna. Desta forma, as dimensões e a forma de operacionalizar a representação fidedigna podem ser vistas no Quadro 5.

Quadro 5 – Dimensões e forma de operacionalização da representação fidedigna

Dimensão	Operacionalização
Completude (IASB, 2018)	Relatório de auditores (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Rudzioniene e Juozapaviciute, 2013; Tsoncheva, 2014; Abang'a, 2017; Opanyi, 2016)
	Informações sobre governança (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Abang'a, 2017; Opanyi, 2016; Rashid, 2020)
	Divulgações relacionadas a contingências positivas e negativas (Braam e van Beest, 2013)
	As demonstrações financeiras do governo têm divulgação completa de todas as informações necessárias (extensão-completude) (Ahmed, 2020; Setyaningrum, Siswantoro e Darmastuti, 2020)
	Verificar explanação sobre princípios contábeis utilizados (Tsoncheva, 2014)
	Demonstração da posição financeira (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Demonstração de desempenho financeiro (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Demonstração das mudanças nos ativos líquidos / patrimônio líquido (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Políticas contábeis significativas (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Demonstrativos de fluxo de caixa (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Políticas contábeis (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	O efeito das mudanças nas taxas de câmbio estrangeiras (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Receita de transações de câmbio (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Estoques (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Arrendamentos (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Eventos após a data do relatório (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Imobilizado (Property, plant and equipment) (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Reporte por segmento (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Provisões, ativos e passivos contingentes (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Divulgações de partes relacionadas (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Redução ao valor recuperável de ativos não geradores de caixa (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Receita de transações não cambiais (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Apresentação de informações orçamentárias nas demonstrações financeiras (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
Redução ao valor recuperável de ativos geradores de caixa (Ambarchian e Ambarchian, 2020)	

	Instrumentos financeiros: divulgações (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Ativos intangíveis (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
	Benefícios à empregados (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
Neutralidade (IASB, 2018)	A representação fidedigna pode ser medida usando a magnitude dos accruals discricionários anormais. Quanto menor a magnitude dos accruals discricionários anormais, maior a representação fidedigna das informações contábeis (Aryani e Suhardjanto, 2016)
	Avaliar as estimativas feitas, verificando possíveis vieses (Tsoncheva, 2014)
	O relatório anual destaca os eventos positivos e negativos em uma forma equilibrada ao discutir os resultados anuais (Rashid, 2020; Van Beest, Braam e Boelens, 2009)
	Os relatórios financeiros contêm declarações sobre os julgamentos da gestão e estimativas usadas na preparação das demonstrações financeiras (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
Livre de erro (IASB, 2018)	Existência de um conselho de governança (Aryani e Suhardjanto, 2016)
	Relatório de auditores (Ambarchian e Ambarchian, 2020; Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Rudzioniene e Juozapaviciute, 2013; Tsoncheva, 2014; Abang'a, 2017; Opanyi, 2016)
	Fornecimento de informações sobre governança corporativa/pública (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Abang'a, 2017; Opanyi, 2016; Rashid, 2020)
	Presença de controle interno (operacional, administrativo, contábil e político) (Nogueira e Jorge, 2017)
	Avaliar as estimativas feitas, verificando possíveis vieses (Tsoncheva, 2014)
	Verificar explanação sobre princípios contábeis utilizados (Tsoncheva, 2014)
	Declaração do controle interno (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
Verificabilidade (Braam & Van Beest, 2013; PwC, 2017; Van Beest et al., 2009)	Existência de um conselho de governança (Aryani e Suhardjanto, 2016)
	Relatório de auditores (Ambarchian e Ambarchian, 2020; Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Rudzioniene e Juozapaviciute, 2013; Tsoncheva, 2014; Abang'a, 2017; Opanyi, 2016)
	Fornecimento de informações sobre governança corporativa/pública (Van Beest, Braam e Boelens, 2009; Braam e van Beest, 2013; Abang'a, 2017; Opanyi, 2016; Rashid, 2020)
	Divulgações relacionadas a contingências positivas e negativas (Braam e van Beest, 2013)
	Presença de controle interno (operacional, administrativo, contábil e político) (Nogueira e Jorge, 2017)
	Avaliar as estimativas feitas, verificando possíveis vieses (Tsoncheva, 2014)
	Verificar explanação sobre princípios contábeis utilizados (Tsoncheva, 2014)
	O relatório anual explica as suposições e estimativas feitas de forma clara
	O relatório anual explica a escolha dos princípios contábeis claramente
	Declaração do controle interno (Ambarchian e Ambarchian, 2020)
Tipo de auditoria financeira realizada nas demonstrações financeiras (PwC, 2017)	

Fonte: Elaboração própria.

A completude deve listar tudo aquilo que é necessário conter no relatório financeiro e, também, está relacionado aos relatórios adicionais que devem ser divulgados aos usuários das informações (por exemplo, relatórios de auditoria). A ausência de erro pode ser favorecida por processos de verificação das informações, estando, portanto, associada à verificabilidade. A neutralidade não implica diretamente em uma informação fidedigna, contudo, é uma segurança de que os responsáveis pela elaboração das informações não produzam informações viesadas, que poderiam não representar informações fidedignas.

5 Conclusão

As estruturas conceituais do IPSASB (2014) e do IASB (2018) abordam sobre as características qualitativas da informação contábil. Contudo, existem poucos direcionamentos de como se produzir informações de qualidade, ou, em outras palavras, como alcançar cada uma das características qualitativa dispostas. Outro quesito destas estruturas que poderia ser aprimorado é o fato de que ambas revelam poucas informações sobre o relacionamento entre as características qualitativas. Em face destas lacunas, esta pesquisa se propôs a estabelecer a relação hierárquica existente entre as características qualitativas dos relatórios financeiros e apresentar medidas que possibilitem avaliar operacionalmente essas características qualitativas dos relatórios financeiros, para, assim, mensurar a qualidade do relato financeiro de entidades públicas.

Um fato que despertou a atenção é que foram encontrados seis trabalhos (entre quinze – 40%) através da busca no Google Acadêmico, entre eles, dois chamados “trabalhos em desenvolvimento”, que pertencem a “literatura cinza”. Este fato é um indicador de que existe uma lacuna na literatura em relação ao desenvolvimento de formas de avaliar a qualidade dos relatos financeiros com base nas características qualitativas.

A pesquisa permitiu estabelecer uma hierarquia da qualidade informacional a partir de duas características qualitativas: relevância e representação fidedigna. A relevância é um atributo de qualidade relacionado diretamente com as características e conhecimentos dos usuários, sendo de difícil mensuração. A representação fidedigna é um atributo de qualidade relacionado diretamente com a informação em si. Este achado permite um entendimento mais preciso sobre a qualidade informacional, pois orienta que existem apenas duas características qualitativas, que possuem dimensões e sub dimensões.

A partir do desenvolvimento das dimensões e sub dimensões, verificou-se que relevância é composta por três dimensões: comparabilidade, compreensibilidade e tempestividade. A comparabilidade é formada por duas sub dimensões, espacial e temporal. A compreensibilidade é formada por três dimensões, caracterização, clareza e organização. A tempestividade é formada por três sub dimensões, acessibilidade, frequência e oportunidade. Neste sentido, é possível tirar algumas conclusões: (1) a informação é representada de forma fidedigna se for completa, neutra, livre de erro e verificável; (2) a informação é relevante se for comparável, compreensível e tempestiva. (3) a comparabilidade pode ser operacionalizada a partir de dois critérios (espacial e temporal); a compreensibilidade pode ser operacionalizada através das sub dimensões de caracterização, clareza e organização; (5) a tempestividade pode ser operacionalizada através das sub dimensões de acessibilidade, frequência e oportunidade.

Referências

- Abang'a, A. O. (2017). *Determinants of quality of financial reporting among semi-autonomous government agencies in Kenya* [Doctoral Thesis, Strathmore University]. <https://su-plus.strathmore.edu/handle/11071/5581>
- Aduwo, O. O. (2019). Effects of International Public Sector Accounting Standards on financial accountability in Nigeria public sector. *European Journal of Accounting, Auditing and Finance Research*, 7(3), 41–54. <https://www.eajournals.org/journals/european-journal-of-accounting-auditing-and-finance-research-ejafr/vol-7-issue-3-april-2019/effects-of-international-public-sector-accounting-standards-on-financial-accountability-in-nigeria-public-sector/>
- Akinleye, G. T., & Alaran-ajewole, A. P. (2018). Effect of International Public Sector Accounting Standards (IPSASs) on Information Delivery and Quality in Nigeria. *Research Journal of Finance and Accounting*, 9(6), 147–163.
- Ambarchian, V., & Ambarchian, M. (2020). Assessing the quality of IPSAS-Based financial Reports of the supranational organizations. *Financial and Credit Activity: Problems of*

- Theory and Practice*, 4(35), 158–168.
- American Accounting Association. (1977). 1975-1976 committee on international accounting operations and education. *The Accounting Review*, 52, 65–132.
- Araújo, J. G. N. de, & Souza, F. G. de. (2020). Walking toward ipsas adoption: a discussion about brazilian public sector changes under the perspective of institutional theory. *CAFI - Contabilidade, Atuária, Finanças & Informação*, 3(1), 103–113.
<https://doi.org/10.23925/cafi.v3i1.45465>
- Bergmann, A., Fuchs, S., & Schuler, C. (2019). A theoretical basis for public sector accrual accounting research: current state and perspectives. *Public Money and Management*, 39(8), 560–570. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1654319>
- Braam, G., & Van Beest, F. (2013). Conceptually-based financial reporting quality assessment: An empirical analysis on quality differences between UK annual reports and US 10-K reports. In *NiCE Working Paper 13-106* (Issue November).
- Bushman, R. M., & Piotroski, J. D. (2006). Financial reporting incentives for conservative accounting: The influence of legal and political institutions. *Journal of Accounting and Economics*, 42, 107–148. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2005.10.005>
- Christiaens, J., Vanhee, C., Manes-Rossi, F., Aversano, N., & Van Cauwenberge, P. (2015). The effect of IPSAS on reforming governmental financial reporting: an international comparison. *International Review of Administrative Sciences*, 81(1), 158–177.
<https://doi.org/10.1177/0020852314546580>
- Dias, J. C. R., & Vasconcelos, M. T. C. (2015). As características qualitativas da informação contábil no desenvolvimento do controle social: Uma análise da percepção dos conselheiros municipais do Recife sobre a utilidade das informações contábeis. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, 26(2), 15–40.
<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/index>
- Ding, X., Qu, Y., & Shahzad, M. (2019). The impact of environmental administrative penalties on the disclosure of environmental information. *Sustainability (Switzerland)*, 11, 24. <https://doi.org/10.3390/su11205820>
- Elsiddig Ahmed, I. (2020). The Qualitative Characteristics of Accounting Information, Earnings Quality, and Islamic Banking Performance: Evidence from the Gulf Banking Sector. *International Journal of Financial Studies*, 8(2), 30.
<https://doi.org/10.3390/ijfs8020030>
- Gusenbauer, M., & Haddaway, N. R. (2020). Which academic search systems are suitable for systematic reviews or meta-analyses? Evaluating retrieval qualities of Google Scholar, PubMed, and 26 other resources. *Research Synthesis Methods*, 11(2), 181–217.
<https://doi.org/10.1002/jrsm.1378>
- Haarburger, C., Yasseen, Y., Omarjee, I., & Varachia, Z. (2020). Assessment of the Financial Reporting Quality of South African and Indian Listed Companies. *Southern African Business Review*, 24, 1–24. <https://doi.org/10.25159/1998-8125/7794>
- Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (1999). *Teoria da Contabilidade*. Atlas.
- IASB. (2018). *Conceptual Framework for Financial Reporting*. IFRS Foundation.
<https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/>
- IFAC, & CIPFA. (2021). *International Public Sector Financial Accountability Index*.
<https://www.ifac.org/knowledge-gateway/supporting-international-standards/discussion/international-public-sector-financial-accountability-index-2020>
- IFRS. (2021). *Who uses IFRS Standards?* <https://www.ifrs.org/use-around-the-world/use-of-ifrs-standards-by-jurisdiction/>
- IPSASB. (2014). *The conceptual framework for general purpose financial reporting by public sector entities*. <https://www.ipsasb.org/publications/conceptual-framework-general-purpose-financial-reporting-public-sector-entities-3>

- IPSASB. (2021). *Handbook of International Public Sector Accounting Pronouncements - Volume I: Vol. I*. International Federation of Accountants (IFAC).
https://www.ifac.org/system/files/publications/files/IPSASB-HandBook-2021-Volume-1_0.pdf
- Leuz, C., & Verrecchia, R. E. (2000). The Economic Consequences of Increased Disclosure. *Journal of Accounting Research*, 38(May), 91–124. <https://doi.org/10.2307/2672910>
- Mattei, G., Jorge, S., & Grandis, F. G. (2020). Comparability in IPSASs: Lessons to be Learned for the European Standards. *Accounting in Europe*, 17(2), 158–182.
<https://doi.org/10.1080/17449480.2020.1742362>
- Muraina, S. A., & Dandago, K. I. (2020). Effects of implementation of International Public Sector Accounting Standards on Nigeria's financial reporting quality. *International Journal of Public Sector Management*, 33(2–3), 323–338.
<https://doi.org/10.1108/IJPSM-12-2018-0277>
- Nogueira, S. P. S., & Jorge, S. M. F. (2017). The perceived usefulness of financial information for decision making in Portuguese municipalities the importance of internal control. *Journal of Applied Accounting Research*, 18(1), 116–136.
<https://doi.org/10.1108/JAAR-05-2014-0052>
- Opanyi, R. O. (2016). The Effect of Adoption of International Public Sector Accounting Standards on Quality of Financial Reports in Public Sector in Kenya. *European Scientific Journal, ESJ*, 12(28), 161. <https://doi.org/10.19044/esj.2016.v12n28p161>
- Pășcan, I.-D. (2015). Measuring the Effects of IFRS Adoption on Accounting Quality: A Review. *Procedia Economics and Finance*, 32, 580–587. [https://doi.org/10.1016/s2212-5671\(15\)01435-5](https://doi.org/10.1016/s2212-5671(15)01435-5)
- PwC. (2017). *Measurement and monitoring of fiscal transparency*.
<https://ec.europa.eu/eurostat/documents/9101903/9700113/Item+8+-+Measurement+and+monitoring+of+fiscal+transparency.pdf/eb1e0dc7-223a-4d46-94c5-40bb340856ab>
- Rashid, M. M. (2020). Financial reporting quality and share price movement-evidence from listed companies in Bangladesh. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 18(3), 425–458. <https://doi.org/10.1108/JFRA-01-2019-0019>
- Rudzioniene, K., & Juozapaviciute, T. (2013). Quality of Financial Reporting in Public Sector. *Social Sciences*, 82(4), 17–25. <https://doi.org/10.5755/j01.ss.82.4.6609>
- Soderstrom, N. S., & Sun, K. J. (2007). IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review. *European Accounting Review*, 16(4), 675–702.
<https://doi.org/10.1080/09638180701706732>
- Tsoncheva, G. (2014). Measuring and assessing the quality and usefulness of accounting information. *Izvestia - Journal of University of Economics*, 1, 52–64.
<https://econpapers.repec.org/RePEc:vrn:journl:y:2014:i:1:p:52-64>
- Ullah, M. H., Hazelton, J., & Nelson, P. F. (2021). Can databases facilitate accountability? The case of Australian mercury accounting via the National Pollutant Inventory. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 34(1), 164–193.
<https://doi.org/10.1108/AAAJ-11-2017-3232>
- Van Beest, F., Braam, G., & Boelens, S. (2009). Quality of financial reporting: Measuring qualitative characteristics. In *NiCE Working Paper 09-108* (Issue April).
https://www.google.com.br/?gws_rd=cr&ei=A29XUquFApTd4AOh7oD4DA#psj=1&q=Quality+of+Financial+Reporting:+measuring+qualitative+characteristics
- Young, D., & Guenther, D. A. (2003). Financial reporting environments and international capital mobility. *Journal of Accounting Research*, 41(3), 553–579.
<https://doi.org/10.1111/1475-679X.00116>